



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Parecer nº 1281/2025/CCJR

Referente ao Projeto de Lei nº 1737/2025 que “Declara de utilidade pública o Campo Novo Automovel Clube – CAC.”.

Autor: Deputado Dr. João

**Nova ementa nos termos do Substitutivo Integral nº 01 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça e Redação:**

“ Declara Utilidade Pública Estadual o “Campo Novo Automóvel Clube - CAC”.

Relator (a): Deputado (a)

*Adriano Tordin*

### I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 1737/2025, de autoria do Deputado Dr. João, que objetiva declarar de utilidade pública estadual o Campo Novo Automóvel Clube – CAC com sede no município de Campo Novo do Parecis-MT, **na forma do Substitutivo Integral nº 01** de autoria desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em sua justificativa, argumenta o Autor:

A presente proposição tem como objetivo a declaração estadual de utilidade pública Campo Novo Automovel Clube - CAC, localizada no município de Campo Novo do Parecis, sob o CNPJ:107.128.657/0001-88.

O projeto em comento está instruído de todos os documentos que são requisitos da Lei Estadual nº 8.192, de 05 de novembro de 2004.

O Campo Novo tem como objetivo proporcionar atividade de competições automobilísticas, esportistas, culturais, sociais e recreativas e promover competições de: Autocross, Kart, entre outras.

É uma entidade sem fins lucrativos.

Possui caráter assistencial e cultural e historicamente coordenou ações valorosas para toda comunidade local, entre os projetos destacam-se o 'Cama solidária', que empresta leitos hospitalares a pessoas em tratamento médico, através de contrato de comodato.

A obtenção da declaração de utilidade pública estadual permitirá ao Campo Novo maior visibilidade em relação à parcerias, captação de recursos e fortalecimento de suas atividades, beneficiando todo município de Campo Novo do Parecis e região.

A proposição foi protocolada na Secretaria de Serviços Legislativos (SSL) em 05/11/2025 (fl. 02), lida na 74ª Sessão Ordinária, e cumpriu pauta em cinco sessões ordinárias subsequentes, de 12/11/2025 a 26/11/2025 (fl. 17v e tramitação).

*up*



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Em consulta realizada em 07/11/2025 no sistema eletrônico de controle legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a SSL verificou a inexistência de proposições análogas ou conexas em tramitação, bem como de normas jurídicas estaduais vigentes que apresentem conteúdo idêntico ou similar ao do presente projeto (fl. 17).

Após tramitação regular e ausência de emendas ou substitutivos, a matéria foi remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 27/11/2025, para manifestação quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade (fl. 17v).

Esta Comissão apresentou o Substitutivo Integral nº 01, por meio do qual foram realizadas a correção da ementa, que passa a constar como “*Declara de Utilidade Pública Estadual o Campo Novo Automóvel Clube – CAC*” e o ajuste da nomenclatura “Campo Novo do Parecis” no corpo do projeto de lei.

É o relatório

## II – Análise

### II. I – Das Preliminares

No âmbito desta Comissão, foram reiteradas consultas ao sistema eletrônico da ALMT em 11/12/2025, sem identificação de proposições ou normas estaduais vigentes com conteúdo idêntico ou similar ao Projeto de Lei nº 1737/2025.

Outrossim, consulta realizada no sistema Intranet deste Parlamento Estadual não identificou documentos apensados ao processo legislativo vinculado à proposição.

### II. II. – Da Análise Constitucional, Regimental, Legal e Jurídica

Nos termos do art. 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e o art. 369, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade das proposições submetidas à sua apreciação.

A competência legislativa da Assembleia Legislativa decorre do art. 25 da Constituição Federal, que garante autonomia aos Estados para legislar sobre matérias de interesse local e normas complementares, e do art. 18 da Constituição Estadual, que assegura ao Estado de Mato Grosso a edição de leis e a adoção de atos pertinentes aos seus interesses e ao bem-estar da população.

A declaração de utilidade pública estadual, nos termos da **Lei Estadual nº 8.192, de 17 de novembro de 2004**, com alterações introduzidas pelas Leis Estaduais nº 8.548/2006, 10.192/2014, 10.683/2018 e 11.425/2021, exige o atendimento dos seguintes requisitos:

- Personalidade jurídica regularmente constituída (art. 1º, I);





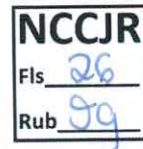
ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



- Funcionamento ininterrupto há mais de um ano (art. 1º, II);
- Não remuneração de diretores e conselheiros, salvo exceção legal prevista na Lei Federal nº 9.790/1999 (art. 1º, III);
- Idoneidade moral dos gestores (art. 1º, IV);
- Reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal (art. 1º, V);
- Possibilidade de comprovação por autoridade local (parágrafo único do art. 1º);
- Inclusão obrigatória do CNPJ no texto do projeto de lei (art. 1º-A).

Ademais, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 8.192/2004, a declaração de utilidade pública, respaldada em lei de iniciativa parlamentar, não gera obrigação de concessão de benefícios ou favores pelo Poder Público estadual.

Assim, uma vez atendidos os requisitos legais, o parecer favorável da CCJR deve registrar que a proposta não acarreta qualquer encargo financeiro ao Estado, tratando-se de ato meramente declaratório.

O artigo 155, XII, do RI-ALMT, veda a tramitação de proposições que não atendam integralmente aos requisitos legais.

Por sua vez, o art. 159, *caput*, do mesmo Regimento estabelece o caráter terminativo do parecer da CCJR nas matérias que tratam da declaração de utilidade.

### II. III. – Da Instrução e Documentação Comprobatória

No tocante ao atendimento das exigências legais (Lei nº 8.192/2004), verifica-se que foram devidamente apresentados os seguintes documentos:

#### 1) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (art. 1º, I)

À fl.04, emitido pela Receita Federal em 10/10/2025, constando a data de abertura da entidade em 01/12/2004, superior ao prazo mínimo exigido de um ano.

#### 2) Estatuto Social da entidade (art. 1º, I e II)

Às fls. 05-11, cópia devidamente registrada no Tabelionato Guedes 2º Ofício de Campo Novo do Parecis/MT, não constando alterações posteriores.

#### 3) Ata da Assembleia de Constituição, Eleição ou Recondução e Posse da Diretoria e Conselhos (art. 1º, II, III e IV)

Às fls. 12-15, ata da reunião realizada em 23/09/2024 e registrada em 02/10/2024, contendo a composição da Diretoria e Conselho Fiscal.

#### 4) Declaração de Idoneidade Moral e de Não Remuneração dos Diretores e Conselheiros (art. 1º, II, III, IV e parágrafo único)

Às fls. 19-21, firmada pelo Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, Sr. Edilson Antonio, contendo: identificação e CNPJ da associação, e declaração de funcionamento da entidade, idoneidade moral dos seus diretores e conselheiros.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**5) Cópia da Lei Municipal de Reconhecimento de Utilidade Pública (art. 1º, V e art. 1º-A)**

À fl. 16, Lei Municipal Nº 2.299, de 26/04/2022, sancionada pelo então Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis-MT, Sr. Rafael Machado.

**6) Conferência do atendimento ao art. 1º-A da Lei nº 8.192/2004**

Verificada a inserção expressa do número do CNPJ no texto do projeto de lei (fl. 02):

*“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Campo Novo Automóvel Clube - CAC, CNPJ: 07.128.657/0001-88, com sede no município de Campo Novo dos Parecis.*

*Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.*

**7) Requerimento formal do autor da proposição (art. 2º)**

Às fls. 02-03, projeto de lei devidamente assinado pelo Deputado proponente, protocolado sob nº 11557/2025, em 05/11/2025, solicitando o reconhecimento da entidade.

Ressalta-se que a proposição não impõe qualquer obrigação financeira ao Estado, tratando-se de mero ato de reconhecimento legislativo.

Constatado o integral atendimento das exigências constitucionais, legais, jurídicas e regimentais, não há óbice à regular tramitação da matéria.

Por fim, a teor do art. 159, *caput*, do RI-ALMT, a manifestação da CCJR possui caráter terminativo, dispensando a apreciação em Plenário.

É o parecer.

**III – Voto do (a) Relator (a)**

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 1737/2025, de autoria do Deputado Dr. João, **na forma do Substitutivo Integral nº 01**, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, em 16 de 12 de 2025.





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



#### IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 1737/2025 ( <i>Substitutivo Integral nº 01</i> ) – Parecer nº 1281/2025/CCJR
Reunião da Comissão em <u>16 / 12 / 2025</u>
Presidente: Deputado (a) <u>Edyardo Salles</u>
Relator (a): Deputado (a) <u>Blair Fordin</u>

Voto Relator (a)
Pelas razões expostas, voto <b>favorável</b> à aprovação do Projeto de Lei nº 1737/2025, de autoria do Deputado Dr. João, <b>na forma do Substitutivo Integral nº 01</b> , de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	
Membros (a)	